



Anais do Congresso Brasileiro de Corpo, Raça, Sexualidade e Gênero - CRSG
Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr), Parnaíba-PI, 6 a 8 de setembro de 2019 | n. 01 | dezembro 2019

POLÍTICAS PÚBLICAS, MULHERES E O DISCURSO DA DAMARES: UMA ANÁLISE FEMINISTA

Gracymara Mesquita Severiano¹

Luiz Gomes da Silva Neto²

Universidade Federal do Ceará-UFC/Campus Sobral

INTRODUÇÃO

Em 2003 foi criada no Brasil a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. A secretaria com status de ministério desenvolveu o Plano Nacional de Políticas para Mulheres - PNPM, voltado para o enfrentamento das desigualdades entre homens e mulheres. Segundo a publicação da Secretaria especial de políticas públicas para mulheres:

“O PNPM tem 199 ações, distribuídas em 26 prioridades, que foram definidas a partir dos debates estabelecidos na I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Elas foram organizadas por um Grupo de Trabalho, coordenado por esta Secretaria e composto por representantes dos ministérios da Saúde, Educação, Trabalho e Emprego, Justiça, Desenvolvimento Agrário, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Planejamento, Orçamento e Gestão, Minas e Energia e Secretaria Especial de Políticas da Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e de representantes das esferas governamentais estadual – representados pelo Acre - e municipal – representada por Campinas/SP.”

As ações foram divididas em quatro linhas, autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania; Educação inclusiva e não sexista; Saúde das mulheres, direitos

¹Professora do Ensino Superior. Mestranda em Psicologia E Políticas Públicas pela Universidade Federal Do Ceará - UFC. Possui graduação em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú e Especialização em Gestão De Pessoas pela Faculdade Darcy Ribeiro.

² Graduado do curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), campus Sobral e especialista em Avaliação Psicológica pelo Programa de Pós-graduação da Faculdade Luciano Feijão - FLF. Realizou estágio opcional (2016) no Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas - CAPS AD, Sobral (CE)



Anais do Congresso Brasileiro de Corpo, Raça, Sexualidade e Gênero - CRSG

Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr), Parnaíba-PI, 6 a 8 de setembro de 2019 | n. 01 | dezembro 2019

sexuais e direitos reprodutivos; Enfrentamento à violência contra as mulheres. Em 15 anos essa secretaria vem contribuindo para a luta na igualdade de gênero, sendo fundamental no processo de mudança social como a assinatura da lei Maria da Penhas (LEI 11.340/2006) e a criação das Casa da Mulher Brasileira.

Em 2019, após as eleições, nós tivemos uma reorganização de ministérios onde a pasta da mulher passa a integrar o ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – MDH, tendo a sua frente a ministra Damares Alves. O ministério, conforme organograma disponível no site MDH, é composto por 8 secretarias, dentre elas, a secretaria nacional de políticas para as mulheres, além de 12 conselhos, dentre eles, o conselho nacional dos direitos da mulher. Devido sua importância e impacto para as políticas voltadas para a mulher, faz-se necessário verificar quais os projetos, programas, metas que o novo ministério traz para a luta em prol da igualdade entre homens e mulheres.

A fim de verificar suas propostas, pesquisamos no site oficial do MDH o plano para essa pasta. O site estava indisponível até o dia 18 de julho para as consultas realizadas nas abas da SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA A MULHERES (SNPM).

Buscamos então as aparições oficiais da ministra Damares na Câmara e no Senado para apresentação de seu ministério. No dia 21 de fevereiro a TV Senado fez transmissão ao vivo, através da plataforma YouTube, do debate entre Senadores da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e a ministra Damares Alves. Nessa ocasião, com duração de 3 horas e 37 minutos, a Ministra respondeu questões sobre várias secretarias e comissões pertencentes ao seu ministério, tendo poucos questionamentos voltados especificamente para a secretaria e o conselho da mulher.

No mês de abril, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher através do requerimento REQ nº 09/2019 de autoria da deputada Sâmia Bonfim e REQ nº14/2019,



Anais do Congresso Brasileiro de Corpo, Raça, Sexualidade e Gênero - CRSG

Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr), Parnaíba-PI, 6 a 8 de setembro de 2019 | n. 01 | dezembro 2019

de autoria da deputada Luíza Canziani, convida a Ministra a se fazer presente na audiência pública da comissão realizada em 16 de abril de 2019. A audiência teve duração de 4 horas e 44 minutos com sua transmissão ao vivo pela Câmara dos Deputados na plataforma do YouTube.

Devido a ausência de documentos publicados na página oficial da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SNPM), vinculadas à página do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MDH), buscamos nos debruçar sobre as propostas apresentadas pela Ministra Damares Alves, na audiência pública da Comissão de Defesa dos Direitos das Mulheres realizada no dia 16 de abril de 2019.

Compreendendo a particularidade de nosso objeto, realizaremos uma pesquisa de cunho qualitativo por compreender que esse modelo se adéqua a proposta do estudo. Como metodologia de análise de dados, utilizaremos a análise do discurso posto que “Sua maior contribuição para quem trabalha com análise social é dar elementos para a contextualização da fala, ultrapassando em complexidade as posturas positivistas ou fenomenológicas” (MINAYO, 2014, p.326). Os resultados serão interpretados a partir do suporte teórico de autoras ligadas às temáticas do feminismo, entre elas, Simone de Beauvoir, Angela Davis, e Marcia Tiburi.

OBJETIVOS

- Analisar os projetos de políticas públicas para as mulheres a partir do discurso da ministra Damares;
- Compreender qual a percepção da ministra acerca dos projetos voltados para a Mulher.



Anais do Congresso Brasileiro de Corpo, Raça, Sexualidade e Gênero - CRSG

Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr), Parnaíba-PI, 6 a 8 de setembro de 2019 | n. 01 | dezembro 2019

RESULTADOS/DISCUSSÃO

Neste projeto estamos na fase de pesquisa bibliográfica. Desse modo, nossos resultados obtidos são parciais.

O que percebemos inicialmente é uma ausência da percepção de pluralidade e diversidade da categoria mulher. Em sua fala a ministra apresenta uma articulação de dois aplicativos, um para o enfrentamento da violência doméstica, outro para medidas protetivas com ênfase na área de saúde.

“estivemos no Acre para o lançamento do aplicativo botão da vida ... e outros aplicativos estão sendo analisados, como eu falei,”

“e nós temos também um aplicativo que está sendo desenvolvido com o ministério da saúde, mas com foco mais voltado para a saúde da mulher.”

Políticas de proteção à saúde, de combate a violência são urgentes, entretanto, ao buscar o enfrentamento através de mecanismos que exige conhecimento e acesso à tecnologia, o ministério apresenta propostas para um grupo específico de mulheres, deixando de fora aquelas que estão em um nível mais elevado de vulnerabilidade. Segundo Marcia Tiburi (2018, p.55) “o feminismo interseccional, que reúne em si os marcadores de opressão da raça, do gênero, da sexualidade e da classe social é evidentemente uma luta contra o sofrimento acumulado”. Assim, projetos voltados à proteção da mulher precisam considerar a particularidade desses grupos plurais, que carregam fardos históricos pelos seus marcadores sociais. A violência doméstica sofrida pela mulher branca, com nível superior, estabilidade financeira, moradora de centros urbanos não será a mesma da sofrida pela mulher negra, analfabeta, dependente financeira do seu agressor, moradora de comunidade ribeirinha. A percepção do que é violência não será a mesma, assim como o acesso à informação. Para Lorde (2019, p.243), “Recusar-se a conhecer a diferença torna impossível enxergar os diferentes problemas e armadilhas que nós, mulheres,



Anais do Congresso Brasileiro de Corpo, Raça, Sexualidade e Gênero - CRSG

Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr), Parnaíba-PI, 6 a 8 de setembro de 2019 | n. 01 | dezembro 2019

enfrentamos”. Os projetos e políticas públicas precisam alcançar também os invisíveis, os sujeitos que não detém o privilégio da fala e por isso, necessitam que esses pratiquem seu lugar de escuta.

Nossas leituras também apontam para uma ausência de conhecimento sobre as condições de consumo e acesso das mulheres periféricas. Trazemos a fala da ministra ao apresentar as etapas da campanha “salve uma mulher”. Campanha nacional, voltada para o combate à violência doméstica, que visa capacitar profissionais para reconhecer mulheres vítimas e auxiliá-las na busca por socorro.

“nós vamos está capacitando essa manicure, o cabeleireiro, a maquiadora pra abordar, fazer a abordagem com essa mulher. Mas, mais do que isso, mais que abordar, orientar essa mulher a procurar socorro. Mais que orientar, se prontificar a ir com ela buscar socorro”

“na segunda etapa a campanha vai trabalhar com os líderes religiosos, padres, pastores, pais de santo, todos os líderes religiosos. Na igreja, com diácono, diaconisa, ministra de eucaristia, pessoas que estão diretamente trabalhando com mulheres”

“na terceira etapa nós vamos trabalha com os profissionais de academias. Orientar os profissionais de academias também, de acompanhar e identificar se as mulheres estão sendo vítimas de agressão”

Como foi dita anteriormente, toda política de combate a violência é bem-vinda, entretanto, é necessário verificar o alcance dessas políticas que são nacionais, mas estão voltadas a uma parte específica da população. Quem são as mulheres com acesso à salão de beleza e academias? Segundo Nascimento (2019, p.262)

“Como educação é um requisito para o acesso a melhores condições na hierarquia de emprego, deduz-se que, as populações de cor e as mulheres brancas não estariam capacitadas para assumir os empregos de maior status, tento consequentemente, maior remuneração. Nesse contexto a mulher negra tem possibilidades menores de qualquer outro grupo social”

Mulheres com baixa escolaridade tendem a ter menores salários, menores oportunidade de emprego e, portanto, menor renda. Trabalhar um programa em



Anais do Congresso Brasileiro de Corpo, Raça, Sexualidade e Gênero - CRSG

Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr), Parnaíba-PI, 6 a 8 de setembro de 2019 | n. 01 | dezembro 2019

espaços privados exclui um quantitativo elevado de sujeitos que não tem acesso a esses espaços. Outro ponto de questionamento é a capacitação, para além do espaço privado, do espaço religioso. Certamente envolver toda a comunidade na luta contra a violência doméstica é necessário, entretanto, o que causa estranhamento é que uma campanha pública vise a capacitação em espaços privados, como salões e academias, além de instituições religiosas, deixando de lado serviços e espaços públicos como escolas, CRAS, posto de saúde, delegacias. Espaços públicos com profissionais que possuem contato direto com a população.

Outro ponto perceptível foram os silêncios acerca das questões voltadas à violência. Quando questionada sobre seu posicionamento sobre o decreto de liberação de armas expedido pelo presidente, que flexibiliza o uso de armas de fogo a ministra afirmou, “as minhas impressões pessoais, eu acho que não vão resolver muito o problema da violência da mulher”. A ausência de respostas também se deu quando questionada sobre seu parecer acerca das ameaças de morte que a deputada federal Alê Silva afirmou ter recebido do Ministro do turismo Marcelo Álvaro Antonio, após relatar a existência de “candidaturas laranja”³ comandada pelo mesmo. A Ministra se coloca de forma amável, mas sem responder à pergunta: “uma deputada que eu amo, uma deputada querida, uma deputada que sabe o quanto quero ela bem e a gente já está se falando. Precisa sim ser cuidada por nós, protegida por nós, mas, eu gostaria também de não falar sobre este assunto”

Para nós é uma preocupação que a autoridade à frente do Ministério da Mulher, que abarca a secretaria nacional de políticas para as mulheres e o conselho nacional dos direitos da mulher se abstenha em assuntos que para nossa categoria é tão caro.

³ Termo designado para candidatura de fachada. Quando o candidato entra na eleição sem a intenção de concorrer de fato.



Anais do Congresso Brasileiro de Corpo, Raça, Sexualidade e Gênero - CRSG

Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr), Parnaíba-PI, 6 a 8 de setembro de 2019 | n. 01 | dezembro 2019

“O feminicídio que para muitos é um tópico menos importante, é na verdade, é na verdade uma constante cultural. A docilização e a submissão da mulher têm tudo a ver com isso. Todas as vezes que as mulheres se tornaram indesejáveis ou inúteis, perigosas ou desobedientes, elas foram perseguidas e mortas. E toda essa perseguição e violência foi sustentada pelo discurso misógino” (TIBURI, 2018, p.50)

Silenciar a violência sofrida pela mulher, minimizar seus danos, proteger os agressores, ocultando suas práticas ou dificultando o julgamento das mesmas não contribui na desconstrução dessa constante cultural. Deixar de falar sobre feminicídio não reduz sua incidência. Como esse tema será tratado pelo ministério que tem à sua frente uma autoridade que silencia ao ser questionada por casos reais?

CONCLUSÕES

Segundo Pedro Demo (2012), “Não será ‘social’ a política que não tocar desigualdades ou desconcentrar renda e poder” Dessa forma é necessário analisar as propostas, suas raízes e suas intenções. Políticas que acompanham em seus temas o “social” não necessariamente estão buscando alcançar esse patamar, servindo muitas vezes como reforço para a manutenção das desigualdades que diz combater.

A análise do discurso da Ministra Damares foi realizada em razão da ausência de documentos, planos, projetos, apresentados em plataformas oficiais do governo. Esses silêncios, essas ausências, falam sobre a importância dada a pasta ou até ao próprio ministério. Falam sobre o compromisso com a transparência para com os cidadãos e cidadãs. Ao conhecer o percurso trilhado, as vitórias alcançadas na luta por direitos no cenário nacional, também nos deparamos com conquistas que ainda nos são negadas a nível institucional e social. Não podemos deixar que as mudanças governamentais atralhem a luta por espaço, respeito e equidade.



Anais do Congresso Brasileiro de Corpo, Raça, Sexualidade e Gênero - CRSG

Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr), Parnaíba-PI, 6 a 8 de setembro de 2019 | n. 01 | dezembro 2019

É importante, portanto, seguir acompanhando as propostas institucionais, o tecer das políticas e projetos que sustentam e susterrão a pasta dos direitos das mulheres para que novas conquistas possam ser alcançadas e retrocessos possam ser barrados.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Mulher, Ministério

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mito**. 3º Ed, Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2016.
- Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher – Audiência Pública, abr. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cmZGR0iWjgE&t=8767s>. Acesso em 25 mai. 2019.
- DAVIS, Angela. **Mulhres, cultura e política**. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2017
- DEMO, Pedro. **Política social, educação e cidadania**, 13º ed, Campinas, SP: Papyrus, 2012.
- GONÇALVES, M. G. **Psicologia, subjetividade e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2010
- LORDE, Audre. Idade, raça, classe e gênero: mulheres definindo a diferença. In: HOLLANDA. Heloisa Buarque de (Org/. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. P. 239-249.
- MINAYO, M. C. **O Desafio do Conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde**. 14ª ed. SP: Hucitec, 2014
- NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. In: HOLLANDA. Heloisa Buarque de (Org/. **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. P. 259-263.
- PEREIRA, Potyara A. P. **Política social: temas&questões**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- Plano nacional de políticas para as mulheres**, 2005. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnpm_compacta.pdf. Acesso em 18 mai. 2019.
- TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum: para todas, todes e todos**. 7º ed. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2018.